

A estrutura da dependência

Theotonio dos Santos¹

Resumoⁱⁱ

Este artigo procura demonstrar que a dependência dos países da América Latina em relação a outros países não pode ser superada sem uma mudança qualitativa em suas estruturas internas e suas relações externas. Pretendemos mostrar que as relações de dependência às quais esses países estão sujeitos conformam-se a um tipo de estrutura internacional e interna que os leva ao subdesenvolvimento ou, mais precisamente, a uma estrutura dependente que aprofunda e agrava os problemas fundamentais de suas populações.

Palavras-chaves: teoria da dependência; Theotonio dos Santos; desenvolvimento da América Latina; marxismo latino-americano.

Classificação JEL: B24; B51; O10

O que é a dependência?

Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação

¹ Em 1970, o autor pertencia à Universidade do Chile. De volta ao Brasil, radicou-se na Universidade Federal Fluminense.

ⁱⁱ Este artigo expande um estudo preliminar desenvolvido em um projeto de pesquisa sobre as relações de dependência na América Latina, orientado pelo autor no Centro de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Ciência Econômica da Universidade do Chile. A fim de abreviar a discussão de diversos aspectos, o autor viu-se forçado a citar algumas de suas obras precedentes. O autor expressa sua gratidão aos pesquisadores Orlando Caputo e Roberto Pizarro por parte dos dados utilizados e a Sérgio Ramos por seus comentários críticos ao artigo.

Nota do Editor: Tradução do artigo *The structure of dependence*, originalmente publicado na *American Economic Review*, vol. 60(2), 1970, p. 231-236. A publicação desse texto clássico, em português, no presente momento, justifica-se tanto por sua relevância como pela comemoração dos 40 anos da teoria da dependência.

de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato (Dos Santos, 1968, p. 6).

O conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global. Na tradição marxiana, a teoria do imperialismo foi desenvolvida como um estudo do processo de expansão dos centros imperialistas e de sua dominação mundial. Em um período de movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, temos de desenvolver a teoria das leis do desenvolvimento interno nos países que são o objeto dessa expansão e naqueles que são governados por elas. Esse passo teórico transcende a teoria do desenvolvimento que busca explicar a situação dos países subdesenvolvidos como um produto de sua lentidão ou de seu fracasso em adotar os padrões de eficiência característicos dos países desenvolvidos (ou em se “modernizar” ou se “desenvolver”). Embora a teoria do desenvolvimento capitalista admita a existência de uma dependência “externa”, é incapaz de perceber o subdesenvolvimento da maneira como a presente teoria o compreende, como consequência e como parte do processo de expansão global do capitalismo – parte necessária e intrinsecamente vinculada a esse processo.

Ao analisar o processo de constituição de uma economia global que integra as chamadas “economias nacionais” num mercado mundial de mercadorias, capital e, até mesmo, de força de trabalho, vemos que as relações produzidas por esse mercado são desiguais e combinadas – desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre em detrimento de outras partes. As relações comerciais baseiam-se no controle monopólico do mercado, que leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes; as relações financeiras, do ponto de vista dos poderes dominantes, baseiam-se em empréstimos e na exportação de capital, o que lhes permite receber juros e lucros, aumentando assim seu excedente doméstico e fortalecendo seu controle sobre as economias dos outros países. Para os países dependentes, essas relações representam uma exportação de lucros e juros que leva junto parte do excedente gerado domesticamente e conduz

a uma perda do controle sobre seus próprios recursos produtivos. Para permitir relações tão desvantajosas, os países dependentes têm de gerar grandes excedentes, não por meio da criação de tecnologias de nível mais elevado, mas pela superexploração da força de trabalho. O resultado disto é a limitação do desenvolvimento de seu mercado interno e de sua capacidade técnica e cultural, bem como da saúde moral e física de sua população. Isto se denomina desenvolvimento combinado, pois é a combinação dessas desigualdades e a transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançados e dominantes o que explica e aprofunda a desigualdade, e a transforma em um elemento necessário e estrutural da economia global.

Formas históricas de dependência

As formas históricas de dependência são condicionadas: (1) pelas formas básicas dessa economia mundial que possui suas próprias leis de desenvolvimento; (2) pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem, e (3) pelos tipos de relações econômicas existentes nos países periféricos que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista. O propósito deste texto não é estudar essas formas detalhadamente, mas somente distinguir características gerais de seu desenvolvimento.

Com base em um estudo precedente, podemos distinguir (1) a dependência colonial, a exportação comercial *in natura*, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. (2) A dependência financeiro-industrial, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais

produtos (Levin denominou-os “economias de exportação” (Levin, 1964); sobre outras análises em outras regiões, (Myrdal, 1968; Nkrumah, 1966), gerando aquilo que a CEPAL qualificou de “desenvolvimento voltado para fora” (*desarrollo hacia afuera*) (CEPAL, 1968). (3) No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial (dos Santos, 1968a).

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

As economias de exportação

Nas formas de dependência ‘1’ e ‘2’ supracitadas, a produção volta-se para os produtos destinados à exportação (ouro, prata e produtos tropicais na época colonial; matérias-primas e produtos agrícolas na época da dependência industrial-financeira), isto é, a produção é determinada pela demanda dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna se caracteriza por uma rígida especialização e pela monocultura em regiões inteiras (o Caribe, o nordeste brasileiro etc.). Junto com esses setores de exportação, surgiram determinadas atividades econômicas complementares (a criação de gado e certas manufaturas, por exemplo) que eram dependentes, em geral, do setor de exportação ao qual vendiam seus produtos. Havia uma terceira economia, de subsistência, que fornecia força de trabalho para o setor de exportação sob condições favoráveis e para a qual a população excedente se transferia em períodos desfavoráveis ao comércio internacional.

Em tais condições, o mercado interno existente era restrito por quatro fatores: (1) a maior parte da renda nacional derivava-se da exportação, e era usada para adquirir os insumos necessários para a mesma (escravos, por exemplo) ou artigos de luxo consumidos pelos proprietários das

haciendas e das minas e pelos funcionários mais abastados. (2) A força de trabalho disponível estava sujeita a formas muito severas de superexploração, o que limitava sua capacidade de consumo. (3) Parte do consumo desses trabalhadores era suprida pela economia de subsistência, que funcionava como um complemento de sua renda e como um refúgio em períodos de depressão econômica. (4) Havia um quarto fator nos países em que as terras e as jazidas estavam nas mãos de estrangeiros (casos de economia de enclave): uma grande parte do excedente acumulado destinava-se a ser remetida ao exterior sob a forma de lucros, limitando não apenas o consumo interno como também as possibilidades de reinvestimento (Baran, 1967). No caso das economias de enclave, as relações das companhias estrangeiras com o centro hegemônico eram até mais exploratórias, acrescentando-se o fato de que as aquisições eram feitas pelos enclaves diretamente no estrangeiro.

A nova dependência

A nova forma de dependência – forma ‘3’ acima citada – está em processo de desenvolvimento e é condicionada pelas exigências dos mercados internacionais de produtos e capitais. A possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a aquisição de maquinário e matérias-primas processadas não produzidas domesticamente. Tais aquisições estão sujeitas a duas limitações: a limitação dos recursos gerados pelo setor exportador (refletida na balança de pagamentos, que inclui não apenas o comércio, mas também relações de serviços) e as limitações do monopólio de patentes que levam as empresas monopolistas a preferir transferir seus maquinários na forma de capital do que como mercadorias para a venda. É necessário analisar essas relações de dependência para compreendermos os limites estruturais fundamentais que impõem ao desenvolvimento dessas economias.

I. O desenvolvimento industrial depende de um setor de exportação para obter moeda estrangeira para adquirir insumos utilizados pelo setor industrial. A primeira consequência dessa dependência é a necessidade de preservar o setor exportador tradicional, o que limita economicamente o

desenvolvimento do mercado interno ao conservar relações retrógradas de produção e que significa, politicamente, a manutenção do poder nas mãos de oligarquias decadentes tradicionais. Nos países em que esses setores são controlados pelo capital estrangeiro, isso significa a remessa de altos lucros para o estrangeiro e a dependência política de tais interesses. Somente em casos raros o capital estrangeiro não controla ao menos a comercialização desses produtos. Em resposta a essas limitações, os países dependentes nas décadas de 1930 e 1940 desenvolveram uma política de restrições cambiais e taxaço do setor exportador nacional e estrangeiro; hoje, tendem à gradual nacionalização da produção e à imposição de algumas tímidas restrições ao controle estrangeiro da comercialização de produtos exportados. Além disso, de modo ainda um tanto acanhado, procuram obter melhores condições para a venda de seus produtos. Em décadas recentes, criaram mecanismos para acordos internacionais de preços, e hoje a UNCTAD e a CEPAL pressionam para obter condições tarifárias mais favoráveis para esses produtos por parte dos centros hegemônicos. É importante destacar que o desenvolvimento industrial desses países depende da situação do setor de exportação, cuja existência permanente são forçados a aceitar.

2. O desenvolvimento industrial é, portanto, fortemente condicionado por flutuações na balança de pagamentos. Isso conduz a um déficit devido às próprias relações de dependência. As causas do déficit são três:

a) As relações comerciais ocorrem em um mercado internacional altamente monopolizado, o que tende a reduzir o preço das matérias-primas e a elevar o preço de produtos industriais, especialmente insumos. Em segundo lugar, há uma tendência, na tecnologia moderna, a substituir diversos produtos primários por matérias-primas sintéticas. Consequentemente, a balança comercial nesses países tende a ser menos favorável (ainda que exibam um excedente geral). A balança comercial geral da América Latina de 1946 a 1968 mostra um excedente em todos os anos. O mesmo ocorre em quase todos os países subdesenvolvidos. Contudo, as perdas em virtude da deterioração dos termos de troca (com base em dados da CEPAL e do Fundo Monetário Internacional), excluindo-se Cuba, foram de 26.383 milhões de dólares no período de 1951 a 1966, tomando-se como base os preços de 1950. Se excluirmos Cuba e Venezuela, o total é de 15.925 milhões.

b) Pelas razões citadas, o capital estrangeiro mantém o controle dos setores mais dinâmicos da economia e repatria um grande volume dos lucros; por conseguinte, os fluxos de capitais são altamente desfavoráveis para os países dependentes. Os dados revelam que o volume de capital que deixa o país é muito maior que a quantia que entra. Isto gera um déficit nos fluxos de capitais que é escravizante. Deve-se acrescentar ainda o déficit em determinados serviços que estão praticamente sob total controle estrangeiro, como transporte de mercadorias, pagamentos de royalties, apoio técnico etc. Consequentemente, produz-se um importante déficit na balança de pagamentos total, limitando assim a possibilidade de importação de insumos para a industrialização.

c) O resultado disso é que se torna necessário o "financiamento estrangeiro", de duas formas: para cobrir o déficit existente e também para "financiar" o desenvolvimento por meio de empréstimos para o estímulo de investimentos e para "suprir" um excedente econômico interno que foi em grande medida descapitalizado pela remessa, como lucro, de parte do excedente gerado domesticamente.

Desse modo, o capital estrangeiro e o "auxílio" estrangeiro preenchem as lacunas que eles próprios criaram. O valor real desse auxílio é, porém, duvidoso. Se os ônus resultantes das condições restritivas da ajuda forem subtraídos do montante total, o fluxo líquido médio, segundo os cálculos do Conselho Econômico e Social Interamericano, é de aproximadamente 54% do fluxo bruto (CIES, 1969).

Se levarmos em conta ainda os fatos de que uma alta proporção desse auxílio é pago em moedas locais, de que os países latino-americanos fazem contribuições a instituições financeiras internacionais e de que os créditos são muitas vezes "vinculados", encontramos um "componente real de auxílio estrangeiro" de 42,2%, numa hipótese muito favorável, e de 38,3%, numa avaliação mais realista (CIES, 1969, II-33). A gravidade da situação fica ainda mais clara quando consideramos que esses créditos são usados, em grande parte, para financiar investimentos norte-americanos, para subsidiar importações estrangeiras que competem com os produtos nacionais, para introduzir tecnologias não adaptadas às necessidades dos países subdesenvolvidos e para investir em setores de baixa prioridade das economias nacionais. Em última análise, a verdade é que os países subdesenvolvidos têm de pagar por

todo o "auxílio" que recebem. A situação está gerando um enorme movimento de protesto por parte dos governos latino-americanos, que buscam ao menos uma liberação parcial dessas relações negativas.

3. Por fim, o desenvolvimento industrial é fortemente condicionado pelo monopólio tecnológico exercido pelos centros imperialistas. Vimos que os países subdesenvolvidos dependem da importação de maquinário e de matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias. Contudo, esses bens não estão livremente disponíveis no mercado internacional; eles são patenteados e, usualmente, pertencem às grandes companhias. Estas não vendem maquinários e matérias-primas processadas como mercadorias simples: elas exigem o pagamento de royalties etc. para essa utilização ou, na maioria dos casos, convertem tais bens em capital, introduzindo-os sob a forma de seus próprios investimentos. Desse modo o maquinário que é substituído nos centros hegemônicos por tecnologias mais avançadas é enviado a países dependentes como capital para a instalação de afiliadas. Defenhamo-nos então para examinar essas relações, a fim de compreender seu caráter opressor e exploratório.

Os países dependentes não têm moeda estrangeira suficiente, pelas razões citadas. Os empresários locais enfrentam dificuldades de financiamento, e têm de pagar pela utilização de determinadas tecnologias patenteadas. Esses fatores obrigam os governos burgueses nacionais a facilitar a entrada de capital estrangeiro para suprir o mercado nacional restrito, que é fortemente protegido por altas tarifas com o objetivo de promover a industrialização. Assim, o capital estrangeiro ingressa com todas as vantagens: em muitos casos, ganha isenção de controles de câmbio para a importação de maquinário, concede-se financiamento para os locais de instalação das indústrias, as agências financiadoras do governo facilitam a industrialização, bancos estrangeiros e domésticos, que têm preferência por esses clientes, disponibilizam empréstimos, auxílios estrangeiros muitas vezes subsidiam tais investimentos e financiam investimentos públicos complementares, e, após a instalação, altos lucros obtidos em circunstâncias tão favoráveis podem ser livremente reinvestidos. Desse modo, não é de surpreender que os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos revelem que a percentagem de ingresso de capital trazido de fora por tais companhias é apenas uma parcela da quantia total do capital investido. Os dados mostram que, no período entre 1946 e 1967, os novos ingressos

de capital na América Latina para investimento direto chegaram a 5.415 milhões de dólares, enquanto a soma dos lucros reinvestidos foi de 4.424 milhões. Por outro lado, as transferências de lucros da América Latina aos Estados Unidos chegaram a 14.775 milhões de dólares. Se estimarmos os lucros totais como aproximadamente iguais às transferências somadas aos reinvestimentos, temos a soma de 18.983 milhões. A despeito das imensas transferências de lucros aos Estados Unidos, o valor contábil do investimento direto dos Estados Unidos na América Latina passou de 3.045 milhões de dólares, em 1946, para 10.213 milhões, em 1967. Com base nesses dados, fica claro que: (1) dos investimentos feitos por companhias norte-americanas na América Latina no período entre 1946 e 1967, 55% correspondem a novos ingressos de capital, e 45% correspondem a reinvestimento dos lucros; em anos recentes, a tendência está mais acentuada, com os reinvestimentos entre 1960 e 1966 representando mais de 60% dos novos investimentos; (2) as remessas permaneceram em torno de 10% do valor contábil durante todo o período; (3) a razão entre capital remetido e novos ingressos gira em torno de 2,7 no período entre 1946 e 1967 – ou seja, para cada dólar que entra, 2,7 dólares saem. Na década de 1960, essa razão praticamente dobrou, e, em certos anos, foi consideravelmente maior.

Os dados do levantamento *Survey of Current Business* acerca das fontes e usos dos fundos para investimento direto norte-americano na América Latina entre 1957 e 1964 mostram que, de todas as fontes de investimento direto na América Latina, somente 11,8% vieram dos Estados Unidos. O restante é, em grande medida, resultado das atividades das firmas norte-americanas na América Latina (46,4% de renda líquida, 27,7% a título de depreciação), e de “fontes situadas no exterior” (14,1%). É significativo que os fundos obtidos no estrangeiro externos às companhias sejam maiores que os fundos originários dos Estados Unidos.

Efeitos sobre a estrutura produtiva

É fácil compreender, ainda que apenas superficialmente, os efeitos que essa estrutura de dependência tem sobre o próprio sistema produtivo nesses países e o papel dessa estrutura na determinação de um tipo específico de desenvolvimento, caracterizado por sua natureza dependente.

O sistema produtivo nos países subdesenvolvidos é essencialmente dominado por essas relações internacionais. Em primeiro lugar, a necessidade de conservar a estrutura agrária ou de exportação de minérios gera uma combinação entre centros econômicos mais avançados que extraem valor excedente dos setores mais atrasados, e também entre centros internos "metropolitanos" e centros internos "coloniais" interdependentes (Frank, 1968). O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no nível internacional é reproduzido internamente de forma aguda. Em segundo lugar, a estrutura industrial e tecnológica responde mais diretamente aos interesses das corporações multinacionais que às necessidades internas de desenvolvimento (concebidas não apenas em termos dos interesses globais da população, mas também do ponto de vista dos interesses de um desenvolvimento capitalista nacional). Em terceiro lugar, a mesma concentração tecnológica e econômico-financeira das economias hegemônicas é transferida sem uma alteração substancial a diferentes economias e sociedades, dando origem a uma estrutura produtiva altamente desigual, uma alta concentração da renda, o subaproveitamento da capacidade instalada, intensa exploração dos mercados existentes concentrados nas grandes cidades etc.

A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, caracteriza-se por profundas diferenças entre os níveis salariais domésticos, no contexto de um mercado de trabalho local de baixo custo, combinado com uma tecnologia de capital intensivo. O resultado disso, do ponto de vista do valor excedente relativo, é um alto grau de exploração da força de trabalho. (Sobre a medição das formas de exploração (Casanova, 1969)).

Essa exploração é ainda mais agravada pelos altos preços dos produtos industrializados, impostos pelo protecionismo, pelas isenções e pelos subsídios concedidos pelos governos nacionais, e pelo "auxílio" fornecido pelos centros hegemônicos. Além disso, uma vez que a acumulação dependente está necessariamente vinculada à economia internacional, é profundamente condicionada pelo caráter desigual e combinado das relações econômicas capitalistas internacionais, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros imperialistas, pelas realidades da balança de pagamentos, pelas políticas econômicas do Estado etc. O papel do Estado no crescimento do capital nacional e estrangeiro merece uma análise mais completa do que se poderia realizar aqui.

Tendo como ponto de partida a análise aqui apresentada, é possível compreender os limites que esse sistema produtivo impõe ao crescimento dos mercados internos desses países. A sobrevivência das relações tradicionais na região rural é uma séria limitação ao tamanho do mercado, uma vez que a industrialização não oferece perspectivas promissoras. A estrutura produtiva criada pela industrialização dependente limita o crescimento do mercado interno.

Em primeiro lugar, essa estrutura submete a força de trabalho a relações altamente exploratórias que restringem seu poder aquisitivo. Em segundo lugar, ao adotar uma tecnologia de uso intensivo do capital, cria muito poucos empregos em comparação com o crescimento da população e limita a geração de novas fontes de renda. Essas duas limitações afetam o crescimento do mercado de bens de consumo. Em terceiro lugar, a remessa de lucros ao estrangeiro leva embora parte do excedente econômico gerado no país. De todas essas maneiras são impostos limites à possível criação de indústrias de base nacionais que possam suprir o mercado com os bens de capital que tal excedente possibilitaria se não fosse remetido ao exterior.

Com base nessa breve análise, vemos que o suposto atraso dessas economias não se deve a uma falta de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os mais poderosos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridas nesse sistema internacional e das leis de desenvolvimento desse sistema.

Algumas conclusões: a reprodução dependente

A fim de compreender o sistema de reprodução dependente e as instituições socioeconômicas criadas por ele, é preciso entendê-lo como parte de um sistema de relações econômicas globais baseado no controle monopolista do capital de grande escala, no controle de determinados centros econômicos e financeiros sobre outros, no monopólio de uma tecnologia complexa que conduz a um desenvolvimento desigual e combinado nos níveis nacional e internacional. Tentativas de analisar o atraso como uma falha em assimilar modelos mais avançados de produção ou em modernizar-se não são mais que ideologia disfarçada

de ciência. O mesmo é verdade acerca das tentativas de analisar essa economia internacional em termos das relações entre elementos em livre competição, como a teoria dos custos comparativos, que procura justificar as desigualdades do sistema econômico mundial e ocultar as relações de exploração nas quais se baseia (Palloix, 1969).

Na verdade, só podemos entender o que está ocorrendo nos países subdesenvolvidos quando percebemos que se desenvolvem dentro do esquema de um processo de produção e reprodução dependente. Esse sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é restringido por aquelas relações mundiais que necessariamente conduzem ao desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos, ao comércio sob condições desiguais (Emmanuel, 1969), à competição doméstica com o capital internacional sob condições desiguais, à imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica, visando dividir o excedente econômico assim gerado entre as forças de dominação internas e externas. (Sobre o excedente econômico e sua utilização nos países dependentes (Levin, 1964)).

Ao reproduzir esse sistema produtivo e essas relações internacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente reproduz os fatores que o impedem de alcançar uma situação vantajosa nacional e internacionalmente, e, assim, reproduz o atraso, a miséria e a marginalização social em seu território. O desenvolvimento que ele produz beneficia setores muito restritos, enfrenta implacáveis obstáculos internos ao crescimento econômico constante (com referência aos mercados interno e externo) e conduz ao progressivo acúmulo de déficits na balança de pagamentos, o que, por sua vez, gera mais dependência e mais superexploração.

As providências políticas propostas pelos desenvolvimentistas da CEPAL, UNCTAD, BID etc. não parecem permitir a destruição desses terríveis grilhões impostos pelo desenvolvimento dependente. Examinamos as formas alternativas de desenvolvimento apresentadas para a América Latina e os países dependentes em condições similares alhures (Dos Santos, 1969). Tudo agora indica que o que se pode esperar é um longo processo de intensos confrontos políticos e militares e de profunda radicalização social que levarão esses países a um dilema: governos da força que abram caminho para o fascismo ou governos revolucionários populares que

abram caminho para o socialismo. As soluções intermediárias mostraram-se, nessa realidade tão contraditória, vazias e utópicas.

Tradução de Luciana Pudenzi

Abstract

This paper attempts to demonstrate that the dependence of Latin American countries on other countries cannot be overcome without a qualitative change in their internal structures and external relations. We shall attempt to show that the relations of dependence to which these countries are subjected conform to a type of international and internal structure which leads them to under-development or more precisely to a dependent structure that deepens and aggravates the fundamental problems of their peoples.

Key words: Dependency theory; Theotonio dos Santos; Latin-american development; Latin-American marxism.

Referências

- Baran, Paul – Political Economy of Growth. In: Monthly Review Press, 1967.
- Balogh, Thomas – Unequal Partners. Basil Blackwell, 1963.
- Casanova, Pablo Gonzalez – Sociología de la explotación. Mexico: Siglo XXI, 1969.
- CEPAL – La CEPAL y el Análisis del Desarrollo Latinoamericano. Santiago de Chile: CEPAL, 1968.
- Consejo Interamericano Economico Social (CIES) – O.A.S., Interamerican Economic and Social Council – External Financing for Development in Latin America. In: El Financiamiento Externo para el Desarrollo de América Latina. Washington: Pan-American Union, 1969.
- Dos Santos, Theotônio – El nuevo carácter de la dependencia. In: Boletín del CESO. Santiago de Chile, 1968a.
- – La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: Boletín del CESO, nº 3. Santiago de Chile, 1968b.

- – La dependencia económica y las alternativas de cambio en América Latina. In: IX Congreso Latinoamericano de Sociología. México, nov. 1969.
- Emmanuel, Aguirre – L'Echange Inegal. Paris: Maspero, 1969.
- Frank, Andre Gunter – Development and Underdevelopment in Latin America. In: Monthly Review Press, 1968.
- Levin, I. V. – The Export Economies. Harvard University Press, 1964.
- Myrdal, Gunnar – Asian Drama. Pantheon, 1968.
- Nkrumah, K. – Neocolonialismo, última etapa del imperialismo. México: Siglo XXI, 1966.
- Palloix, Cristian – Problèmes de la Croissance en Economie Ouverte. Paris: Maspero 1969.